

DIA

CÂMBIO DEVE CONTINUAR LIVRE, MAS O BC PODERÁ INTERVIR SE AS TAXAS PASSAREM DE CERTOS LIMITES. RENEGOCIAÇÃO COM O FMI PODE DEMORAR

Daniela Mendes,
Enviada Especial a Washington
Adriana Chiarini,
Da equipe do Correio
e Agências

Depois da euforia com a desvalorização do real na sexta-feira, hoje o dia começa em ambiente de grande expectativa. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, foi a Washington buscar o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos Estados Unidos para a mudança no câmbio e tentar obter a liberação antecipada da segunda parcela do empréstimo ao Brasil. Conseguiu a aprovação do FMI para um regime de liberdade cambial relativa que será anunciado hoje pelo presidente interino do Banco Central, Francisco Lopes.

A cotação do real deverá ser estabelecida pelo mercado, mas se chegar a certos limites não anunciados pelo governo, o BC intervira comprando dólares. Em outras palavras, o novo regime de câmbio teria uma "banda virtual". Piso e teto do preço do dólar existirão, de fato, mas apenas o BC saberá quais serão esses valores.

Quanto à antecipação dos US\$ 9 bilhões da parcela do empréstimo que vence no final de fevereiro, os representantes brasileiros até ontem continuavam de mãos vazias. Às 20h30 Malan deixou a sede do FMI em Washington e disse apenas que hoje poderá ter boas notícias.

A segunda parcela tem condições técnicas de ser antecipada se for aprovada pelo corpo diretor do FMI e desde que o Brasil tenha implementado medidas fiscais chaves. Há

uma discussão entre os representantes do governo brasileiro e do FMI sobre quais seriam essas medidas. Fundo e governo concordam em pelo menos um ponto: sem o ajuste fiscal, a liberação do câmbio é insuficiente para resolver os problemas da economia brasileira. "A alternativa ao ajuste fiscal é o caminho da Indonésia, onde a recessão foi tanta que o PIB caiu 18% no ano passado", advertiu o ex-presidente do Banco Central, Carlos Langoni.

Esta semana, a capacidade do Brasil resolver seu desequilíbrio fiscal enfrentará dois testes importantes. O primeiro será a reunião dos governadores de oposição que discutirão hoje a dívida dos estados em Belo Horizonte, onde será sentida a disposição deles para se ajustarem e pagarem suas dívidas ou não. O outro é a perspectiva da Câmara dos Deputados votar o projeto de lei que institui a cobrança da contribuição previdenciária de funcionários públicos da ativa e aposentados. O projeto é parte do pacote fis-

cal anunciado em outubro do ano passado e seu conteúdo já foi rejeitado pelo Congresso quatro vezes. Com a última, em dezembro passado, e a moratória de Minas Gerais anunciada pelo governador do estado, o ex-presidente Itamar Franco, cresceu na comunidade internacional a convicção de que o problema brasileiro é mais político do que econômico.

CLIMA

O humor de Malan mudou desde que chegou a Washington. O ministro e o novo presidente do Banco Central, Francisco Lopes, embarcaram na noite de sexta-feira, rumo à capital norte-americana, em clima de descontração ao final do primeiro dia de flutuação livre do câmbio. A avaliação era de que o mercado havia reagido bem à liberação da moeda brasileira. Depois de bater em US\$ 1,60, o real recuou e fechou o dia num patamar de US\$ 1,42.

Nos Estados Unidos, Malan sen-

tiu que a forma como o governo mudou o câmbio, cheia de idas e vindas, foi considerada atabalhoadas e irritou o Tesouro norte-americano e o FMI. O Fundo sempre quis a desvalorização do real e o economista-chefe do FMI, Michael Mussa, defendeu publicamente a mudança no câmbio em setembro, na montagem do empréstimo ao Brasil. Foi o governo brasileiro quem insistiu em manter a antiga política cambial.

Agora, com a desvalorização, todas as contas precisarão ser refeitas. A nova cotação do real frente ao dólar altera os parâmetros que serviram de base para a montagem do acordo e as metas com as quais o Brasil se comprometeu. "Muito provavelmente haverá necessidade de acertar novos cortes para evitar a volta da inflação. É muito difícil imaginar a economia estável sem um novo programa de ajuste fiscal para não ter risco de inflação", diz o deputado federal e ex-ministro do Planejamento Antônio Kandir (-PSDB-SP).

As metas de controle da inflação também serão revistas. Os produtos que dependem de importação subirão de preço e o aumento da inflação em outros setores

dependerá da política tarifária que o governo adotará em áreas como energia e petróleo.

Um dos pontos chave do acordo com o FMI é o volume de reservas internacionais. O país tem hoje cerca de US\$ 36 bilhões em reservas, dos quais US\$ 9 bilhões são recursos da primeira parcela do empréstimo concedido pelo FMI. Segundo o acordo, as reservas genuinamente brasileiras não podem baixar de US\$ 20 bilhões. Ou seja, na prática, a folga do Brasil é de apenas US\$ 7 bilhões, uma margem apertada se precisar defender o real de um ataque especulativo — considerando-se a revoada de dólares que deixaram o país recentemente.

Este é um dos motivos para o BC adotar o câmbio livre enquanto o ambiente político-econômico estiver agitado. "O momento é de aproveitar o câmbio flutuante para não queimar reservas internacionais e de deixar o real cair mais se o resultado político indicar essa queda", diz Carlos Langoni. A vantagem desse sistema é não usar os dólares das reservas internacionais para comprar reais.

No sábado, as autoridades brasileiras passaram o dia reunidas com representantes do FMI e do Banco Mundial (Bird). Junto com países ricos e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), as duas instituições participaram do pacote de ajuda para o Brasil de US\$ 41,5 bilhões. No domingo, além de reto-

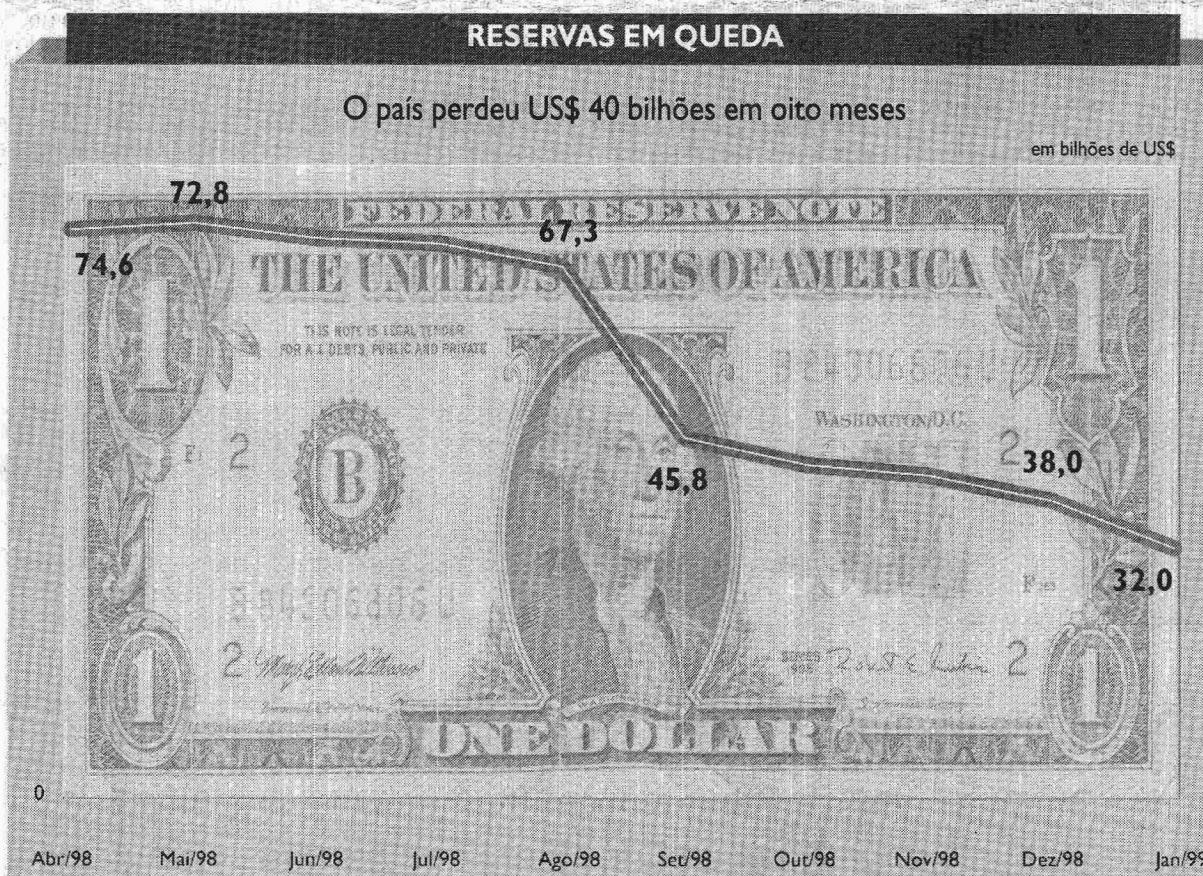
"A ALTERNATIVA AO AJUSTE FISCAL É O CAMINHO DA INDONÉSIA, ONDE A RECESSÃO FOI TANTA QUE O PIB CAIU 18% NO ANO PASSADO"

Carlos Langoni,
ex-presidente do Banco Central

Mário Tama/France Presse



Francisco Lopes, presidente do BC, em Washington: anúncio hoje de regime de liberdade cambial relativa



mar as conversas com o FMI, houve um encontro com o subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, Larry Summers.

Pelo Brasil estavam presentes Malan, Chico Lopes, o secretário de Política Econômica, Amaury Bier, e o representante do Brasil no Fundo, Murilo Portugal. Pelo FMI, participaram o diretor gerente, Michel Camdessus, o vice-diretor gerente, Stanley Fischer, o diretor do departamento de Hemisfério Ocidental, Cláudio Lozar, e a vice-diretora do departamento de hemisfério Ocidental, Tereza Ter-minanssian. Com o Banco Mundial, a conversa foi com Joseph Stiglitz, economista chefe da instituição. Para se integrar as conversas com o Fundo, chegou a Washington o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Marcos Caramuru.

APOIO

No sábado, o ministro Malan recebeu um telefonema de apoio do ministro das Finanças da Alemanha, Oskar Lafontaine, que presidiu uma reunião do G-7, o grupo dos sete países mais desenvolvidos, em Frankfurt, na qual a crise brasileira foi discutida. Lafontaine declarou satisfação e apoio às recentes mudanças na política econômica do País. Parece, no entanto, que a solidariedade limitou-se a palavras. Não houve menção de ajuda financeira.

O euro, moeda única da Europa, saiu beneficiado com queda do real. Desconfiados de um possível enfraquecimento do dólar nos mercados europeu e asiático, os investidores optaram por colocar dinheiro em negócios corrigidos pelo euro. O fato agradou, e muito, aos representantes da UE. Porém, eles procuraram deixar bem claro que a moeda única não é símbolo de uma zona econômica fechada, e sim de "esperança, recuperação e crescimento da economia global". O encontro do G-7 durou dois dias, sexta-feira e sábado, mas foi encerrado sem nenhum acordo. O que foi uma pena para o Brasil, já que o objetivo principal da reunião era discutir idéias e propostas para administrar flutuações de moedas em época de crise.

O presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, já tinha ressaltado em setembro a importância da estabilidade econômica do Brasil para o resto do mundo, mas o País ainda é visto com mais desconfiança do que no ano passado. Em outras palavras, mesmo que consiga recursos suficientes para desestimular ataques especulativos, o Brasil só voltará a ser bem visto pelos investidores quando conseguir implementar o seu programa fiscal. E isso depende do Congresso Nacional.

NA ARGENTINA, MEDO DA RECESSÃO

Buenos Aires — Uma recessão provocada pela crise brasileira é a maior preocupação na Argentina, na avaliação de economistas, industriais e analistas em Buenos Aires. O colapso do financiamento no Brasil não pôr em risco a estabilidade cambial argentina, mas produzirá um agudo efeito recessivo no país, segundo texto de informe semanal elaborado pela Fundação Capital (instituição privada) e divulgado ontem.

O presidente da poderosa União Industrial Argentina (UIA), Alberto Alvarez Gaiani, disse a um programa de rádio que está "seriamente preocupado" com a queda das exportações para o Brasil, destino de 30% das vendas externas da Argentina.

A outra face drástica da moeda é a avalanche de artigos brasileiros no mercado argentino, que será analisada segunda-feira pela cúpula da UIA com o ministro da Economia, Roque Fernández.

Numa entrevista exclusiva publicada pelo suplemento econômico do jornal Clarín, o de maior circulação no país, o economista do Instituto Tecnológico de Massachusetts, Rudiger Dornbusch, diz que só vê duas saídas para o Brasil.

Uma delas, segundo Dornbusch, é a privatização em massa e imediata das empresas e de bens estatais. A outra é a execução de um plano de conversibilidade do real, da mesma maneira que foi feita na Argentina, atrelando a moeda local ao dólar de forma permanente.

Domingo Cavallo, o ex-ministro da economia da Argentina responsável pelo Plano de Conversibilidade, disse que a política de livre flutuação cambial que o Brasil pretende aplicar tem muitos desdobramentos indesejáveis. "Vai se estabelecer uma relação perversa entre a taxa de câmbio e a taxa de juros, porque se se relaxa a política financeira e se desvaloriza a moeda sobem as taxas e isso agrava o problema fiscal", comentou Cavallo, em entrevista à Rádio do Plata. "Temos que o Brasil com uma livre flutuação comece a viver esses dilemas e assuste as pessoas", disse o economista, atual deputado e candidato a presidente pelo pequeno partido Ação pela República (centro-direita).